



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXI — Nº 148

DOMINGO, 5 DE DEZEMBRO DE 1976

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

(*) *EMENDAS OFERECIDAS PERANTE A COMISSÃO MISTA INCUMBIDA DE ESTUDO E PARECER SOBRE A PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 1976, QUE "INCORPORA AO TEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DISPOSIÇÕES RESULTANTES DE EMENDAS AOS ARTIGOS QUE MENCIONA".*

(*) Serão publicados em Suplemento à presente edição.

SUMÁRIO

1 — ATA DA 226^a SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE DEZEMBRO DE 1976

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO NOSSER ALMEIDA — Ação administrativa desenvolvida no Estado do Acre no corrente ano. IV aniversário de fundação do *Jornal de Brasília*.

DEPUTADO VASCO NETO — Considerações sobre críticas formuladas quanto à instalação de agrovilas em Bom Jesus da Lapa — BA.

DEPUTADO SIQUEIRA CAMPOS — Lançamento do livro “Filosofia, Ciência e Tecnologia”, de autoria dos advogados Inezil Penna Marinho e Marta Diaz Lopes Penna Marinho. IV aniversário de fundação do *Jornal de Brasília*.

DEPUTADO JOEL FERREIRA — Formulando os melhores augúrios para os Srs. Parlamentares, funcionários do Congresso Nacional e jornalistas credenciados, na oportunidade do encerramento da presente sessão legislativa.

DEPUTADO CÉLIO MARQUES FERNANDES — Medidas adotadas pelo Governo Federal, visando a contenção do custo de vida.

SENADOR RUY SANTOS — Congratulando-se com o Sr. Presidente Magalhães Pinto e demais membros da Mesa Diretora, pela maneira com que conduziram os trabalhos do Congresso Nacional na sessão legislativa que se encerra.

DEPUTADO PINHEIRO MACHADO — Apelo às autoridades competentes em favor do reexame do financiamento da cera de carnaúba.

DEPUTADO JOAQUIM BEVILACQUA — Perspectivas de desemprego em massa no País e apelo ao Sr. Ministro do Trabalho nesse sentido.

DEPUTADO JORGE ARBAGE — IV aniversário de fundação do *Jornal de Brasília*.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 59/76-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.484, de 25-10-76, que altera o Decreto-lei nº 1.469, de 24 de maio de 1976, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. **Aprovado**, à promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 100,00
Ano	Cr\$ 200,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 200,00
Ano	Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

ATA DA 226^a SESSÃO CONJUNTA, EM 4 DE DEZEMBRO DE 1976
2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 8^a Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

ÀS 17 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Adalberto Sena — Altevir Leal — José Guiomard — José Esteves — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Fausto Castelo-Branco — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domicio Gondim — Ruy Carneiro — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Dirceu Cardoso — Eurico Rezende — João Calmon — Roberto Saturnino — Gustavo Capanema — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Orestes Quêrcia — Otto Lehmann — Lázaro Barboza — Mendes Canale — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Leite Chaves — Lenoir Vargas — Otair Becker — Paulo Brossard.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Menezes — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Vieiros — MDB; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

PIAUÍ

Celso Barros — MDB; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Mauro Sampaio — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Parsifal Barroso — ARENA; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA.

RIO GRANDE DO NORTE

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

PARAÍBA

Ademar Pereira — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Antônio Mariz — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

PERNAMBUCO

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Geraldo Guedes — ARENA; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Ccutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Josias Leite — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiúza — ARENA; Sérgio Murió — MDB.

Alagoas

Antonio Ferreira — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Francisco Rolemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA.

Bahia

Afrasio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Fernando Magalhães — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos — ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomanto — ARENA; Lomanto Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odulfo Domingues — AREA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Theódulo Alburquerque — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Esírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alberto Lavinas — MDB; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Ário Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcilio Ayres — ARENA; Daso Coimbra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanoel Waisman — MDB; Erasmo Martins Pedro — MDB; Forim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maria de Carvalho — MDB; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Milton Steibruch — MDB; Milton Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Homero Santos — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Marcos Tito — MDB; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Paulino Cícero de Vasconcellos — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Sinval Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Ferraz Egrela — ARENA; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Ivahir Garcia — ARENA; João Cunha — MDB; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Odemir Furlan — MDB; Otávio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Ary Valadão — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Siqueira Campos — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Gastão Müller — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barem — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alencar Furtado — MDB; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Ary Kfuri — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoro Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Luiz Henrique — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Rodrigues — MDB; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino —

ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — As listas de presenças acusam o comparecimento de 42 Srs. Senadores e 290 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período destinado a breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Nosser Almeida.

O SR. NOSSER ALMEIDA (ARENA — AC. Pronunciá o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O ano de 1976, que está prestes a se encerrar, foi um exercício extremamente produtivo para a Administração Estadual do Acre. Além da vitória eleitoral, que é o fato político de maior significação, gostaria de registrar o início de operações do sistema de abastecimento de água de Rio Branco, e a expansão da rede com a adesão do Estado ao Plano Nacional de Saneamento.

Sem deixar de considerar os demais aspectos igualmente importantes para o setor social, devo entretanto manifestar o meu regozijo pelas medidas de cunho econômico, entre as quais é imprescindível assinalar que encerramos o ano de 1975 com um superávit orçamentário e financeiro de doze milhões, fato que ocorreu pela primeira vez em nossa história.

A situação do Banco do Estado, que está operando decisivamente no setor de crédito rural, foi extraordinariamente fortalecida, com o aumento de capital para quarenta milhões de cruzeiros, a abertura da Agência de Manaus, e a próxima inauguração da Agência Metropolitana, em sede própria. Mais importante do que isto, porém, foi o processo de racionalização interna e de estruturação institucional desse estabelecimento de crédito.

Progressos efetivos se fizeram sentir no setor de infra-estrutura econômica, com a instalação da COLONACRE em todos os municípios do Estado, o início de funcionamento do sistema de preços mínimos e de armazenagem com a formação de estoques reguladores, de que se encarrega a CAGEACRE, e a próxima inauguração das unidades armazenadoras de Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Brasiléia e Sena Madureira, beneficiando proximamente todos os municípios do Estado.

No setor de mecanização agrícola, de assistência técnica e de extensão rural, ao lado da ação da EMATER, cumpre destacar a aquisição de equipamento destinado à abertura de estradas vicinais e demais serviços de mecanização agrícola, além do programa de apoio aos municípios, que entregou a cada comuna acreana um conjunto constituído de dois caminhões, uma pá mecânica, um trator pesado e uma motoniveladora.

No setor de saúde e de assistência social, estaremos inaugurando ainda neste mês o Centro Social Urbano de Rio Branco, e no próximo exercício o de Cruzeiro do Sul. O atual Governo entregou à população dois conjuntos residenciais, sendo um em Rio Branco e outro em Cruzeiro do Sul, tendo aprovado no BNH mais dois programas: um conjunto habitacional de 700 unidades residenciais em Rio Branco, e um projeto de 300 lotes urbanizados, também em Rio Branco, dentro do Programa PROFILURB. Para o setor de assistência médica, demos início, em setembro último, à ampliação,

modernização, reaparelhamento e expansão da rede hospitalar de Rio Branco, com o auxílio do FAS, no montante de quarenta milhões de cruzeiros, e do FUNRURAL, para o equipamento dessas unidades, expandindo-se a área construída em 150% e em 100% o número de leitos disponíveis.

Paralelamente, vem o Ministério da Saúde de aprovar, graças ao interesse de S. Ex^a, o Sr. Ministro Paulo de Almeida Machado e do Dr. Líbero Massari, Diretor-Geral do FUNRURAL, o Programa de Ações Simplificadas de Saúde, que visam a levar a toda a população rural, através de minipostos de saúde, assistência médico-sanitária e odontológica.

No setor energético, o Estado ampliou a capacidade geradora de Rio Branco e de Cruzeiro do Sul, tendo substituído o sistema gerador de Sena Madureira para óleo diesel, atendendo atualmente a toda a população, num regime de 24 horas de operação, além de ter adquirido 5.800 medidores para implantar o sistema de medição em Rio Branco.

Relativamente ao saneamento urbano, cumpre registrar também o trabalho profícuo e essencial do 1º Distrito do DNOS, sob a direção do Engenheiro Luiz Otávio da Mota Pereira, que está concluindo a 1ª etapa do sistema de esgotos sanitários de Rio Branco.

Na Administração, cumpre indicar a implantação do Plano de Classificação, já tendo sido concluído relativamente ao funcionalismo do Quadro de Pessoal do ex-Território. Com a aprovação dos novos níveis de vencimentos para os servidores do Estado, o Governador Geraldo Mesquita concedeu um aumento para todas as classes e autorizou a imediata implantação do Plano, estabelecendo a paridade gradual de vencimentos dos funcionários de todos os níveis e de todos os poderes.

Não quero deter-me em cada um dos setores administrativos, mas cumpro um dever de justiça ao ressaltar a cooperação dos órgãos federais que mais diretamente atuam no Acre. Permito-me, por isso, externar os agradecimentos do povo e do Governo acreanos ao Dr. Amílcar Martins, Diretor da Região da Amazônia, do Banco do Brasil, cujo zelo tem sido inexcusável em atender aos nossos pleitos; à figura do Dr. Lourenço Vieira da Silva, Presidente do INCRA; ao Dr. José Carlos de Azevedo, Secretário Especial de Saúde da Amazônia, do Ministério da Saúde; ao Dr. Líbero Massari, Diretor-Geral do FUNRURAL; ao Delegado do Ministério da Fazenda, que recentemente nos deixou para dirigir a Delegacia de Mato Grosso, Dr. Tito Scardematori, ensejo em que foi homenageado pelo Governo do Estado, e a outros que não cito, para não correr risco de novas omissões.

Da mesma forma, Sr. Presidente, quero externar meus cumprimentos à equipe do Governador Geraldo Mesquita, a começar pelo Vice-Governador Omar Sabino de Paula, ao seu Secretariado e aos dirigentes dos órgãos da Administração Indireta, que têm dedicado o melhor de seu esforço para que o Acre se modernize, queimando etapas para atingir seu grande destino.

Por outro lado, aproveito a oportunidade para me congratular com o **Jornal de Brasília**, vibrante órgão da Imprensa diária da Capital da República, pelo transcurso, hoje, do 4º aniversário de sua fundação.

São quatro anos de intensas atividades no dia-a-dia da consolidação de Brasília.

Seu estilo atual e dinâmico vem colocando a Imprensa da Capital da República em pé de igualdade com os jornais de grande porte do País.

Estão de parabéns, a Organização Jaime Câmara e toda a sua equipe de jornalistas que fazem do **Jornal de Brasília** veículo necessário à humanização da cidade.

Era o que tinha a dizer Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Sr. Deputado Vasco Neto.

O SR. VASCO NETO (ARENA — BA). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Infelizmente, a falta de tempo, neste fim de ano legislativo, não nos permitirá oferecer ao Deputado Noide Cerqueira maiores esclarecimentos sobre dúvidas e críticas que levantou, dia 26 último, relacionadas com o processo de desapropriação de terras no Município de Bom Jesus da Lapa, na Bahia.

Tentando, de forma sucinta, adiantar algumas informações ao nobre representante da Oposição, queremos assinalar que o INCRA iniciou o processo de desapropriação em Bom Jesus da Lapa em 25 de novembro do ano passado, data da assinatura do Decreto nº 75.658, que considerou de interesse social para fins de desapropriação, uma área de 257 mil hectares.

Em menos de um ano, se pôs em prática a determinação legal, expropriando-se, ainda em 1975, uma área de 36.157 ha, e o valor das terras foram imediatamente depositados em Juízo, como determina a Lei.

Ainda no ano passado, o INCRA depositou outra soma correspondente à desapropriação de nova área de 62.965 ha e, no corrente ano, foi ajuizada ação correspondente a 73.690 ha, estando prevista, ainda, a desapropriação de uma quarta faixa de 73.900 ha, o que se dará até janeiro próximo.

Para estas desapropriações, o INCRA já depositou em Juízo mais de Cr\$ 86.000.000,00 (oitenta e seis milhões de cruzeiros), não procedendo, portanto, a crítica de que o Instituto não está pagando as indenizações legais. Ao contrário, estas estão sendo pagas rigorosamente dentro dos prazos legais, obedecendo à legislação.

Disse, ainda, o Sr. Deputado Noide Cerqueira que o INCRA teria mandado sustar o crédito bancário dos fazendeiros que faziam uso da carteira agrícola. Isto, Srs. Senadores e Srs. Deputados, não seria possível, pois o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária não tem a menor competência para tomar tal atitude.

O assentamento das famílias transferidas para Bom Jesus da Lapa vem sendo efetuado nas áreas transcritas em Cartório, em nome do INCRA, como ação altamente benéfica e de profundo interesse da justiça social.

Considerando os problemas da seca na região, o INCRA não exigiu dos expropriados a retirada do gado das terras, mesmo daqueles cujas áreas já estavam transcritas em nome do Instituto, com as indenizações pagas ou depositadas em Juízo. Chegada a época do plantio, o INCRA solicitou a retirada do gado, tendo, no entanto, novamente aceito a ponderação dos expropriados no sentido de que o gado fosse mantido em áreas cercadas.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estas medidas, como se depreende, estão sendo postas em prática em obediência à lei e visando a atender numerosas famílias de homens do campo transferidos da região atingida pelas obras da barragem que se constrói na região da Bahia, não se compreendendo que venham a ser alvo de críticas, como ocorreu.

Eram estes os esclarecimentos que queríamos apresentar. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Siqueira Campos.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS (ARENA — GO). Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Sob o título "Filosofia, Ciência e Tecnologia", os advogados Inezil Penna Marinho e Marta Diaz Lopes Penna Marinho apresentaram ao "I Forum Nacional de Debates sobre Ciências Jurídicas e Sociais", realizado recentemente nesta Capital, um trabalho da maior importância para o aprimoramento do processo jurídico no Brasil, diante do avanço da ciência e da tecnologia.

Enfatizando que os delitos de ordem tecnológica ampliam o campo do Direito Penal, eles procuram despertar a atenção dos legisladores e dos juristas "para o imenso perigo que a Tecnologia, cada vez mais rica, sofisticada e complexa, representa para as liberdades e direitos do homem, que, através do tempo e do espaço, se tem procurado preservar".

À guisa de prefácio, diz o documento, citando Altavila em "Ori-gem dos Direitos dos Povos":

"Os direitos sempre foram espelho das épocas".

E acrescenta:

"Mesmo quando os tiranos imperavam, quando de sua vontade dependia a sorte de seus súditos ou dos prisioneiros de guerra, certos direitos eram respeitados, por mais restritos que fossem. E até hoje mesmo entre os contraventores, existem suas leis próprias, seus códigos de honra, sua pena de Talião.

Do Código de Hamurabi à Declaração Universal dos Direitos do Homem, um longo caminho foi percorrido, e por ele desfilaram reis, imperadores, profetas, sábios, filósofos, sacerdotes, escritores, pensadores, legisladores, tendo por inspiração a existência de Deus ou a simples razão humana.

O crime sempre existiu e poderemos afirmar que só as penas variaram.

Se o crime nasce e amadurece no espírito dos homens, as penas não são, nem nunca foram, suficientes para combatê-lo. Por isso, acreditamos na força da Filosofia do Direito, para opor-se ao uso da Tecnologia como instrumento capaz de ampliar, e cada vez mais, o campo da Criminologia.

O novo Código Penal Brasileiro já nasceu velho, afirma o Ministro Evandro Lins e Silva, em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, cuja vida jurídica tem sido dedicada ao Direito Penal, em cujo campo, após ocupar a mais elevada curul da nossa Magistratura, voltou a exercer a advocacia, com o talento e cultura que sempre o distinguiram e tornaram admirado.

Ocorre que a Ciência e com ela a Tecnologia avançam dia-a-dia, rapidamente, tornando arcaicos os anteprojetos ou projetos de lei de códigos penais, cujas intermináveis discussões e emendas ou remendos acabam por fazê-los velhos, antes mesmo de entrarem em vigor. Mesmo este nosso trabalho, amanhã, já estaria obsoleto se não estivéssemos apresentando, hoje, as notícias que lemos nos jornais e revistas de ontem."

E, concluindo a apresentação:

"O desvirtuamento das finalidades da Tecnologia constitui uma terrível ameaça, um perigo incomensurável, uma iminente violência aos "Direitos do Homem", que a "Declaração Universal", aprovada em resolução da II Sessão Ordinária da Assembléia Geral das Nações Unidas, procurou consagrar."

Trata-se de um trabalho de fôlego, em que se procura situar, no tempo e no espaço, a evolução do homem e o perigo que este mesmo homem corre, com suas máquinas e seus inventos sempre renovados e aperfeiçoados.

Mas, onde se quer chegar? — É a pergunta que fica no ar.

Partindo do *Homo erectus* até chegar ao *Homo ludens*, o estudo se transporta para os nossos dias, lembrando que a década de 1960 a 1970 foi das mais emocionantes, com o desenvolvimento do astronautismo e a realização de vôos estratosféricos. A 12 de abril de 1961 — acrescenta —, a União Soviética conseguiu colocar o primeiro homem no espaço, assumindo, com a proeza de Yuri Gagarin, a liderança na Tecnologia espacial. Pouco depois, em fevereiro de 1962, os Estados Unidos, com John Glenn Júnior, faziam o primeiro americano voar em órbita da Terra, após a experiência cósmica levada a efeito em 15 de maio de 1961, por Alan B. Shepard Júnior, cujo vôo espacial durara apenas 15 minutos.

Em 1971, os Estados Unidos assumiram a liderança espacial levando três astronautas à Lua e trazendo-os de volta. A "Viagem à Lua", imaginada por Júlio Verne, tornava-se realidade.

Depois de várias outras considerações em torno da corrida espacial, o estudo vai diretamente às implicações que esse artificialis-

mo possa exercer sobre o homem em termos de autodestruição. E prossegue:

"É grande a quantidade de satélites, girando em torno da Terra, usados como espíões estratosféricos, para fotografar bases militares, movimentação de tropas, descoberta de minerais estratégicos, etc. A União Soviética, segundo o noticiário dos jornais, estaria tentando colocar em órbita caças-satélites, equipados com foguetes para manobras orbitais, que poderiam chegar a 30 metros de distância de seu alvo e destruí-lo com uma explosão comandada da Terra."

Recorde-se, Sr. Presidente, que, recentemente, a Imprensa do País noticiou a saída de órbita de satélites norte-americanos, causada, possivelmente, por armas do tipo das preconizadas pelos russos.

Na eletrônica, como na indústria bélica e na ótica, a Tecnologia criou verdadeiros monstros, muitos dos quais em vias de fugir ao controle do homem.

Mas, como não pode ficar indiferente a nada disso, o Brasil tem realizado ingentes esforços para ingressar na era Tecnológica. O recente acordo nuclear com a Alemanha Ocidental abriu novas perspectivas que enchem os brasileiros de esperanças, e talvez nossos filhos ainda possam assistir à entrada do País no clube das Grandes Potências que detêm a hegemonia mundial no campo nuclear.

Em matéria de computação, também, temos progredido muito, assimilando rapidamente o **know-how** de outros países.

No campo do Direito, principalmente o Penal, a tecnologia contribuiu de forma notável, possibilitando a montagem de laboratórios especializados nos Institutos de Criminalística, que realizam exames periciais os mais variados e complexos, utilizando, para isso, aparelhos cada vez mais aperfeiçoados.

Como afirmamos, o trabalho do jurista Inezil Penna Marinho é digno dos nossos melhores elogios, pela inestimável contribuição que traz ao aprimoramento do processo jurídico no País.

É, ao mesmo tempo, uma observação e um alerta diante de tudo aquilo que o homem faz, nem sempre em proveito pessoal ou da humanidade.

Sr. Presidente, também desejo registrar o transcurso do quarto aniversário do **Jornal de Brasília**, hoje, parabenizando a Organização Jaime Câmara, por essa iniciativa vitoriosa que tanto contribui para a melhoria das comunicações do País, especialmente da nossa Capital, Brasília, e também parabenizo a sua equipe que faz esse brilhante jornal matutino brasiliense.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joel Ferreira.

O SR. JOEL FERREIRA (MDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Nesta última sessão do Congresso Nacional, desejo fazer uma trégua nas reivindicações, mais para desejar aos meus companheiros do Congresso, começando por V. Ex^e, pelas Mesas Diretoras do Senado e da Câmara, pelos funcionários de um modo geral, jornalistas, enfim, todos aqueles que conosco contribuem para que o processo legislativo se desenvolva e aperfeiçoe, que o Natal e o Ano-Novo sejam para todos nós dias de verdadeira alegria e tranqüilidade.

Devo destacar e reconhecer o esforço de todos do Senado e da Câmara, parlamentares e funcionários, de modo o mais lato possível, incluindo jornalistas e prestadores de serviços, bem como a grande colaboração que têm prestado ao Poder Legislativo.

Em nome pessoal, quero renovar a todos os meus companheiros de Congresso Nacional e aos que servem, direta ou indiretamente a este Poder, o maior desejo de um Natal feliz e um Ano-Novo cheio de prosperidade. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Agradeço a V. Ex^e, em nome pessoal e da Mesa, as referências feitas, e sei que interpreto o pensamento de todos os colegas que estão no plenário. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Célio Marques Fernandes.

O SR. CÉLIO MARQUES FERNANDES (ARENA — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A elevada taxa de inflação e a manutenção das importações a um nível não desejado, apesar de todas as medidas restritivas já acionadas, representam dois dos mais importantes obstáculos a serem transpostos pelas autoridades governamentais, com vistas ao pronto atendimento da expressa determinação da Presidência da República quanto à contenção dos valores do custo de vida, que estão se situando bem acima das previsões efetuadas no início deste ano. O rigorismo nas compras externas, e o controle maior para essa sistemática elevação de preços serão a tônica das novas medidas a serem desfechadas para revertêr as expectativas inflacionárias. A austeridade monetária, já viabilizada em uma série de outras decisões, forneceria o quadro básico capaz de atenuar a pressão altista, que se faz sentir sobre todo o sistema econômico.

A maior dificuldade para a concretização desse quadro, possivelmente, será encontrada na restrição às importações. As exportações, que ainda são uma das pedras basculares do sistema de desenvolvimento nacional, dependem em grande parte do comportamento das compras processadas no exterior. Limitar exageradamente a capacidade de importar implicará, necessariamente, em restringir nossas possibilidades de exportar. Esse o dilema que se apresenta com uma intensidade a toda prova, dentro do quadro das dificuldades conjunturais da economia. Ele coloca-se também como um fator de extrema importância para todo o modelo econômico até aqui desenvolvido, e como a chave de toda uma situação geral que precisa ser resolvida.

Diante da necessidade urgente de enfrentar um de seus maiores desafios, o atual modelo precisa encontrar o caminho mais adequado para superar o impasse que lhe foi criado, e que não pode ser contornado através de um processo simplista, que provoque a recessão do sistema.

Neste caso, os efeitos seriam bem maiores e bem mais negativos do que aqueles que atualmente estão afetando o sistema econômico. O fato é que o impasse só poderá ser superado dentro de um processo pragmático, que envolva também a colaboração de toda a comunidade.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Ruy Santos, que falará como Líder.

O SR. RUY SANTOS (ARENA — BA. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas:

Esta é, possivelmente, a última sessão do Congresso que V. Ex^e preside, na qualidade de Presidente do Senado Federal. Nesta oportunidade, pondo de lado a velha afeição que me liga a V. Ex^e, companheiro de antigas e sofridas lutas, quero manifestar a V. Ex^e a nossa satisfação, o nosso orgulho mesmo, pela maneira como V. Ex^e se portou na direção dos nossos trabalhos. V. Ex^e, por sua autoridade moral, pela sua autoridade política, colocou o Congresso Nacional numa posição ainda mais alta do que aquela que sempre desfrutou.

Congratulando-me com V. Ex^e, e com os seus companheiros de Mesa do Senado que, igualmente, presidiram o Congresso, quero ainda manifestar a minha satisfação pelo modo como, Deputado e Senadores, nesta Legislatura, trabalharam fraternalmente, olhando principalmente o interesse do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — A Presidência, em seu nome e em nome dos membros da Mesa, agradece ao ilustre Li-

der Ruy Santos sua manifestação, no plenário, e o generoso julgamento. Estamos certos de que só pudemos cumprir o dever com a colaboração de todos quantos trabalham nesta Casa, quer da Maioria, quer da Minoria.

Muito obrigado! (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Deputado Pinheiro Machado.

O SR. PINHEIRO MACHADO (ARENA — PI) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

A cera de carnaúba é um dos esteios da economia dos Estados do Piauí, Ceará, Maranhão e do Rio Grande do Norte.

Todos os anos, mais ou menos em meados de agosto, a Comissão do Financiamento da Produção determina os preços para o financiamento desse produto.

Em 1976, Sr. Presidente, por estranho que pareça, os preços só foram fixados no mês de novembro. Essa medida veio atrasar, consequentemente, a comercialização e a produção da cera de carnaúba. Ainda mais estranho, Sr. Presidente, é que, daqueles que laboram com a cera de carnaúba, somente os produtores, os industriais e os comerciantes foram autorizados a fazer o depósito referente à cera de carnaúba, no Banco do Brasil, caso não obtenham o preço de duzentos e quarenta cruzeiros para o seu produto.

Dessa lista de pessoas e entidades interessadas na cera de carnaúba, estranhamente ficaram excluídos os exportadores. Ora, há toda uma mecânica e uma engrenagem na produção, comercialização e na exportação da cera de carnaúba, da qual não se pode, absolutamente, excluir o exportador; porque, quando ele, que comprou do pequeno produtor, e esse, que não teve condição de chegar com o produto ao Banco do Brasil, quando esse exportador não consegue o preço lá fora, no mercado consumidor externo, há uma queda no preço do produto internamente, em consequência do desinteresse, evidentemente, verificado pelo exportador na exportação do seu produto.

De maneira, Sr. Presidente, que, na brevidade desta comunicação e deste apelo, aqui fica o nosso pedido ao Presidente do Banco do Brasil e à Comissão de Financiamento da Produção para que reexamine este assunto do financiamento da cera de carnaúba aos produtores, aos beneficiadores, aos comerciantes e, também, aos exportadores do Piauí, do Ceará, do Rio Grande do Norte e do Maranhão.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Joaquim Bevilacqua.

O SR. JOAQUIM BEVILACQUA (MDB — SP) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

Assustam-nos as perspectivas de desemprego em face do chamado "desaquecimento" da economia, aplicado pelo Governo. Somente em duas cidades do Vale do Paraíba — Santa Isabel e Guaratinguetá — são anunciadas, respectivamente, 300 (trezentas) e 400 (quatrocentas) dispensas de empregados, das indústrias têxteis Kariê e Guará.

O que mais nos assusta, entretanto — Sr. Presidente e Srs. Congressistas — é a atitude contemplativa e até complacente do Sr. Ministro do Trabalho, ao afirmar, enfaticamente, pela Imprensa, inexistir perspectiva de desemprego. Realmente inexiste perspectiva, porque o problema já está nas ruas, ou melhor, em milhares de lares da família trabalhadora.

O quadro fica mais sombrio ante a possibilidade (a nosso ver inevitável) do racionamento da gasolina, com a consequente recessão da indústria automobilística.

Por tudo isso, cremos que o Sr. Ministro do Trabalho deve assumir postura mais realista, que se harmonize com a conjuntura econômica altamente desfavorável atual e futura. E cuide de planejar, a curto prazo, e executar também a curto prazo, medidas tendentes a diminuir o impacto social altamente negativo do desemprego.

Já no mês de junho de 1975, apresentamos nossa colaboração, sob a forma do Projeto de Lei Complementar nº 25, que visa alterar o § 1º da Lei Complementar nº 7 (que instituiu o "Programa de Integração Social" — PIS). Estabelecemos, nessa proposição, a possibilidade de vir o titular da conta do PIS a receber os valores depositados, em caso de desemprego. O projeto recebeu pareceres favoráveis das doulas Comissões de Justiça, Trabalho e Legislação Social e Finanças. Incluído na Ordem do Dia, em setembro do corrente ano, houve requerimento de adiamento da votação por cinco sessões. E até hoje não retornou à pauta para ser discutido e votado em plenário.

Lamentável, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que uma contribuição legislativa de tal ordem, com tal alcance social, não mereça melhor análise e apoio por parte do Partido do Governo nesta Casa. A nobre Maioria, que tem sustentado o caráter social e humano do Governo, deveria se empenhar na aprovação desse projeto de lei, que visa minorar o sofrimento do desempregado e de sua família.

Eram essas, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, as considerações que pretendia fazer, na tarde de hoje, em torno do gravíssimo problema do desemprego no Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Jorge Arbage.

O SR. JORGE ARBAGE (ARENA — PA) Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas:

O calendário de hoje registra, para alegria de todos nós, o transcurso do 4º aniversário de fundação do **Jornal de Brasília**, que se edita na Capital Federal, com ampla circulação no País.

Esse evento, Sr. Presidente, transcende às limitações de um simples acontecimento que se possa inserir entre tantos outros ocorrentes na área empresarial, para tornar-se dó mais alto relevo diante das circunstâncias conjunturais que vivemos sob a égide dos sagrados postulados da Revolução de Março de 64.

O **Jornal de Brasília**, ao lado de outros renovados Órgãos que daqui irradiam seus noticiários para cobrir o abençoado solo deste País, cumpre mais uma etapa da sua profícua existência, dirigido que é por valorosos homens vinculados à vida e à história da Imprensa brasileira.

E nós sentimos em efemérides como esta que hoje celebra o **Jornal de Brasília**, o calor fulgurante das verdadeiras aspirações democráticas que regem os destinos do Brasil.

Só nos países onde se cultua o respeito à liberdade, como é o caso do Brasil, pode a Imprensa respirar o oxigênio indispensável para cumprir a legítima tarefa de informar a opinião pública, que é sua missão.

Registre-se, pois, Sr. Presidente, nos Anais do Congresso brasileiro, esse notável acontecimento que serve para glorificar o trabalho e o esforço da Imprensa, no seu labutar quotidiano em prol dos reais interesses do povo e da Nação.

Era o que tínhamos a dizer. (Muito bem!).

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Está encerrado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1976-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 126, de 1976-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.484, de 25 de outubro de 1976, que altera o Decreto-lei nº 1.469, de 24 de maio de 1976, que reajusta os vencimentos e salários dos servidores da Secretaria do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.

Em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam sentados.
(Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam sentados.
(Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos regimentais, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nada mais havendo que tratar, encerro a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 40 minutos.)

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50